

da acção n.º 2 da medida AGRIS, «Desenvolvimento dos produtos de qualidade», do QCA III — PDR;

1994-1997 — chefe de divisão de Formação Profissional e Associativismo. Responsável pela elaboração e execução do plano de formação profissional de técnicos, agricultores e trabalhadores rurais, no âmbito do Programa Quadro do Ministério da Agricultura para a Formação Profissional Agrária, medida n.º 6 do PAMAF, e coordenadora da actividade das infra-estruturas de formação da DRAAL. Nomeada substituta do presidente da unidade de gestão regional da medida n.º 6 do PAMAF. Na área do associativismo agrícola, coordenou o apoio às organizações de agricultores da região Alentejo, designadamente no respeitante à aplicação da medida n.º 4 do PAMAF, na componente «Organização», e foi substituta do representante da DRAAL na unidade nacional de gestão daquela medida. Representou a DRAAL na unidade de gestão regional do regime de ajudas à cessação de actividade agrícola;

1991-1994 — responsável do gabinete de apoio ao chefe da zona agrária de Elvas e pelo Núcleo de Valorização do Meio Rural. Integrou a equipa incumbida da implementação e acompanhamento do Plano de Modernização Administrativa da DRAAL para 1993-1994;

1984-1991 — responsável pelo sector de extensão rural da zona agrária de Elvas, que tinha a seu cargo o apoio técnico às organizações de agricultores, a instalação de jovens agricultores, a gestão conjunta das explorações agrícolas e a formação profissional. Em Junho de 1987 foi nomeada adjunta do chefe da zona agrária de Elvas, mantendo-se como responsável daquele sector.

Entre 1986 e 1993 foi formadora no âmbito do associativismo agrícola em diversas acções de formação para agricultores, cursos base de agricultura e de jovens empresários agrícolas;

1980-1984 — técnica da Divisão de Extensão Rural e Produção Agrária da Sub-Região Barlavento da Direcção Regional de Agricultura do Algarve. Membro da equipa que elaborou e desenvolveu todas as fases de recolha, tratamento e apuramento de dados à elaboração do relatório final do inquérito aos sócios da Cooperativa Agrícola de Silves. Desempenhou funções no âmbito do associativismo agrícola;

1978-1980 — responsável pela Repartição de Pessoal e Assuntos Gerais da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo. Em Novembro de 1979 foi nomeada, em regime de substituição, para exercer o cargo de chefe daquela Repartição. Foi secretária do conselho técnico regional;

1976-1978 — técnica do Centro Regional de Reforma Agrária de Castelo Branco, integrada na Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, onde realizou diversos estudos de carácter sociológico (inquéritos) com vista à fundamentação da tomada de decisões.

Despacho (extracto) n.º 10 807/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o assessor principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo licenciado em Engenharia Agronómica Luís Manuel Bico Moura Didelet para exercer, em regime de substituição, o cargo de delegado regional de Agricultura e Pescas de Santiago do Cacém desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

Luís Manuel Bico Moura Didelet, solteiro, natural de Santos-o-Velho, Lisboa, nascido em 17 de Setembro de 1952.

Formação académica — curso de Engenharia Agronómica (especialidade de Agro-Pecuária), do Instituto Superior de Agronomia, concluído em 31 de Julho de 1978.

Outras formações relevantes:

Curso de formação profissional — Gestão por objectivos e avaliação do desempenho, com a duração de vinte e uma horas, organizado pela Universus — Consultores de Gestão, S. A., Évora, entre 13 e 15 de Dezembro de 2006;

Curso de formação profissional técnicas de entrevista de avaliação do desempenho, com a duração de quinze horas, organizado pela

SCALCONSULT — Consultores, L.ª, Évora, entre 16 e 19 de Outubro de 2006;

Curso de técnicos conselheiros em PAC, com a duração de cento e cinco horas, de 14 de Outubro a 8 de Novembro de 1996, organizado pela Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural;

Curso de formação no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 797/85, com sessenta horas de duração, organizado pela Direcção de Serviços de Formação Profissional Agrária, de 29 de Setembro a 14 de Novembro de 1986;

Curso de formação de extensionistas, entre 11 de Julho e 23 de Setembro de 1983, com duzentas horas de duração, organizado pela Direcção-Geral de Agricultura.

Curriculum profissional:

Em 11 de Dezembro de 2006 foi nomeado representante da DRAAL na comissão mista de coordenação do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado;

Em Setembro de 2006 foi nomeado representante da DRAAL na comissão mista de coordenação de revisão do Plano Director Municipal de Odemira;

Em 20 de Março de 2006 foi nomeado responsável pelo Agrupamento de Zonas Agrárias do Alentejo Litoral;

Em 10 de Fevereiro de 2006 foi promovido, no âmbito do SIADAP, a assessor principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da DRAAL;

Em 6 de Janeiro de 2006 foi nomeado representante da DRAAL na comissão mista de coordenação do Plano de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral;

Em 21 de Abril de 2003 foi nomeado representante da Zona Agrária de Alcácer do Sal;

Em 15 de Março de 2002 foi nomeado representante da DRAAL no júri avindor da Associação de Beneficiários do Vale do Sado;

Em 2 de Maio de 2001 foi promovido, precedendo concurso, a assessor da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da DRAAL;

Em 23 de Fevereiro de 2001 foi nomeado representante da DRAAL para o subgrupo de trabalho para a implementação de programas zonais agro-ambientais para a área do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;

Em 1997 foi colocado na Divisão de Infra-Estruturas Rurais, Hidráulica, Engenharia Agrícola e Ambiente da Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural, na área geográfica abrangida pelo Agrupamento de Zonas Agrárias do Alentejo Litoral, onde exerceu, entre outras, as funções de validação de projectos da medida n.º 1 do PAMAF («Pequenos regadios e electrificação»), elaboração de pareceres relativos ao fraccionamento de prédios rústicos e à isenção de sisa e análise de processos relativos ao regime de ajudas às medidas agro-ambientais;

Em 17 de Outubro de 1995 foi promovido, precedendo concurso, a técnico superior principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da DRAAL;

Em Novembro de 1994 foi nomeado coordenador da área de mercados e garantia agrícola da Zona Agrária do Vale do Sado, desempenhando funções no âmbito dos prémios e ajudas comunitários, de elaboração de processos de candidatura, análise e controlo;

Em 15 de Março de 1991 foi promovido, precedendo concurso, a técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da DRAAL;

Em Fevereiro de 1989 foi nomeado para a equipa técnica do PDR do Vale do Sado, a tempo parcial;

Em 1 de Março de 1988 foi nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da DRAAL;

Em Setembro de 1986 foi nomeado responsável pelo Sector de Crédito da Zona Agrária de Alcácer do Sal, com as funções inerentes à aplicação do Regulamento (CEE) n.º 797/85, entre outras, a de análise de projectos de investimento;

Em 1984 participou no grupo coordenador de viabilidade económica de cooperativas da DRAAL;

Em 1983 e 1984 foi co-responsável pelo Sector de Gestão e Estruturação Fundiária de Alcácer do Sal e responsável pela Secção de PM Agricultores;

Em 2 de Fevereiro de 1981 foi contratado além do quadro com a categoria de engenheiro de 2.ª classe da carreira de engenheiro;

A partir de 1979 passou a integrar o SGEF de Alcácer do Sal, desempenhando diversas funções, entre outras, as relativas ao disposto no Decreto-Lei n.º 111/78, de 27 de Maio, incluindo o parcelamento de prédios rústicos e restantes procedimentos inerentes aos processos de concursos públicos;

Em 2 de Outubro de 1978 foi admitido na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, para o Sector de Produção Animal de Alcácer do Sal.

Despacho (extracto) n.º 10 808/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes, por forma

que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o assessor principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo licenciado em Engenharia Agronómica José Pedro de Avelar Machado Tavares para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Valorização Ambiental e Biodiversidade desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

José Pedro de Avelar Machado Tavares, casado, natural dos Anjos, Lisboa, nascido em 17 de Março de 1951.

Formação académica — curso de Engenharia Agronómica, especialidade Agro-Pecuária, pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, em 9 de Setembro de 1975.

Outras formações relevantes:

Curso Gestão por objectivos e avaliação de desempenho, DRAAL, 2006; Seminário de alta direcção em administração, INA, Oeiras, 2005.

Currículo profissional:

De 15 de Janeiro de 2002 a 28 de Fevereiro de 2007 — chefe de divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

De Agosto de 2000 a 14 de Janeiro de 2002 — coordenador dos projectos no âmbito do INTERREG e LEADER na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

De 16 de Julho de 1996 até 7 de Agosto de 2000 — director de serviços de Desenvolvimento Rural da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em 26 de Novembro de 1996 — presidente da Unidade Regional de Gestão da Medida 6 do PAMAF — Formação e Educação;

Em Novembro de 1991 coordenou as actividades da equipa técnica do PDAR do Baixo Alentejo Interior;

Em Setembro de 1988 coordenou a equipa técnica do Plano de Desenvolvimento Agrário Regional (PDAR) do Vale do Sado;

Em Janeiro de 1985 foi representante da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo junto do Núcleo de Agricultores da Herdade da Comporta, em acumulação com as funções de subcoordenador regional do PROCALFER;

De Dezembro de 1984 a Janeiro de 1986 coordena as actividades do PROCALFER para a Zona Agrária de Alcácer do Sal;

Em 7 de Março de 1983 foi director de serviços na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em Janeiro de 1980 foi subcoordenador do recenseamento agrícola do continente;

Em 1978 ingressou na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em Fevereiro de 1977 ingressou na brigada técnica da XIII Região, exercendo funções de coordenador para as explorações e cooperativas agrícolas;

Em 1976 exerceu funções de subdirector do CCRA de Setúbal;

Em 18 de Setembro de 1975 iniciou funções, em regime de prestação eventual de serviços, no Departamento de Produção do Centro Regional de Reforma Agrária do distrito de Setúbal.

Despacho (extracto) n.º 10 809/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes, por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a assessora principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo licenciada em Engenharia Agronómica Maria Leonor Pinto Correia Garcia para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Controlo desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

Maria Leonor Pinto Correia Garcia, casada, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, nascida em 20 de Agosto de 1952.

Formação académica — curso de Engenharia Agronómica, especialidade de Agro-Pecuária, pelo Instituto Superior de Agronomia, em 1 de Julho 1975.

Currículo profissional:

De Julho de 2006 a Março de 2007 — tem acompanhado várias missões comunitárias no âmbito do controlo e acompanhamento das diversas ajudas e prémios atribuídos a Portugal;

De Julho de 2003 a Julho de 2006 — directora-adjunta na Direcção Regional do IFADAP/INGA, continuando a ter a seu cargo a área do controlo;

Em 1997 — chefe de divisão de Ajudas à Produção e ao Rendimento da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, passando a integrar o corpo de controladores do SUC;

De 1987 a 1997 — chefe da Zona Agrária de Beja da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, integrou a Comissão do Imposto sobre a Indústria Agrícola, representou a Direcção Regional de Agricultura para o distrito de Beja no Centro de Coordenação Distrital de Protecção Civil, bem como representante no Programa Interministerial para o Sucesso Educativo no distrito de Beja;

Em 1986 — nomeada suplente representante da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo na Comissão de Análise Paritária Regional;

Em 1984 — passou a exercer funções de adjunto do chefe de Zona Agrária de Moura;

Em 1981 — passou a dar colaboração técnica às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Beja, Cuba, Vidigueira, Serpa e Moura;

Em 1980 — integrou a equipa técnica do Projecto de Crédito Agrícola do Alentejo;

Em 1979 — sub-coordenadora do recenseamento agrícola do continente;

Em 1979 — responsável pelo Sector de Extensão Rural da Sub-Região de Beja;

Em 1974 — ingressou no Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, como estagiária na Estação de Cerealicultura e Estação Agrária da XIV Região Agrícola, em Beja, integrada no sector de cereais e forragens, onde continuou a trabalhar.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto,
das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 10 810/2007

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atento o despacho do vice-presidente da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., de 26 de Fevereiro de 2007, que aprovou, por delegação, as plantas parcelares n.ºs C3A1-E-202-13-04e e 05d e os mapas de áreas relativos à construção da obra da A 10 — sublanço Bucelas-Arruda dos Vinhos — PE20 expropriações — alteração de Janeiro de 2007, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, a utilidade pública, com carácter de urgência, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção deste sublanço, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a BRISA a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas nas plantas anexas, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que a obra projectada seja executada o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se cautionados pela BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

30 de Abril de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.